

## O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

### Considerações Críticas II

Vilma de Matos Barbosa Araújo\*

É de se notar a inquietação daqueles que, de alguma forma conscientes, se dedicam ao ensino da Língua Portuguesa em qualquer grau de ensino. Normalmente, as maiores críticas são lançadas aos professores de 1º e 2º graus. Recai neles a culpa de toda a pobreza do uso do idioma entre os alunos.

No entanto, o problema não começa nem termina aí. O 3º grau, consciente das deficiências dos graus anteriores, deveria, em sua programação, tentar deter, ainda que de maneira parcial, estas falhas, pois todos os professores responsáveis por este curso são unânimes, há muito tempo, em reconhecer o nível de alunos que lhes chegam e a inadequação curricular para elevar este nível. É difícil aceitar que um aluno de letras, já cursando semestres avançados, não tenha nenhum domínio, por exemplo, da gramática tradicional. É preciso lembrar que no currículo atual há tempo para esta sistematização e que dela, quer queiram quer não, vai vir boa parte da base para as outras matérias. Seja no estudo da Língua, seja no da Literatura, estamos sempre envolvidos em conceitos que evocam a gramática. Por que, então, o esquecimento, a quase aversão?

Outro aspecto válido para abordagem é o da excessiva teorização do curso em detrimento a uma maior aplicabilidade dos conceitos.

O aluno de letras, formado professor, vai-se deparar com situações embaraçosas. Se vai trabalhar com crianças de 1º grau, vê-se totalmente perdido. O que ensinar? A escola não o preparou para isso, as matérias didáticas apenas pincelaram a coisa. Fazer o quê com crianças de 5a. série? Como ensinar redação? E a escolha do livro didático? E a literatura? Como escolher livros que atendam à idade e ao nível de aspiração de seus alunos? Os teóricos respondem que é necessário criatividade ao professor, que a escola superior não pode e não deve dar tudo pronto. Ninguém quer tudo pronto, quer apenas condições para criar. Não se cria a partir do que é totalmente desconhecido. O certo é que o professor iniciante, vendo-se à frente de sua

---

\* Aluna da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Professora de Português do Curso Anglo

turma, descobre que é a partir de agora que vai tentar aprender. Vem a busca do aperfeiçoamento e até que ele seja, pelo menos, parcialmente atingido, muitos alunos terão sofrido as conseqüências. O distanciamento, o desinteresse pela língua foi despertado ou acentuado entre eles.

Com as turmas de 2º grau, a tarefa parece mais fácil.

Encontramos, na programação da maioria das escolas, o predomínio da literatura. Lança-se, então, mão do que foi visto na escola. Esta facilidade costuma acentuar a ausência do ensino de gramática que veio pelo 1º grau e vai continuar pelo 2º de maneira quase desconhecida, contraditória, difícil. Um, dois anos... e aos tropeções, no contato direto com os alunos, em tentativas exaustivas de acertar, quase sempre pela intuição, vai-se formando o professor de Português.

A lei 5692/71 trouxe muitas confusões a respeito do ensino da língua. Reforçada pela Resolução 853/71 do CFE, focalizou-se uma nova didática para este ensino. Sob formas de atividades ou áreas de estudo, o tratamento a ser dado à língua era totalmente novo. Surgiram teoricamente procedimentos mais adequados, mais lógicos, baseados em experiências vividas pelos alunos. Anularam-se totalmente os procedimentos anteriores e deixou-se aos professores e supervisores, por um bom espaço de tempo, a tarefa de encontrar sozinhos os meios práticos para atender o que era pedido.

Começou a fase das experimentações. Ouviram-se teóricos e teóricos. Surgiram as posições contrárias. Acentuou-se a dicotomia: corrigir ou não a expressão oral e escrita do aluno? Dizia-se que não. Era arriscado jogar com a sua criatividade. Outros diziam que sim. O arriscado era deixar que a ausência de correção acentuasse o erro. Vieram, então, os exercícios estruturais. A solução seria o seu uso do sado e contínuo. Visto como salvação e como algo concreto na nova aprendizagem, poucos professores souberam dosá-lo. Aulas e aulas seguidas de repetições cansativas e enfadonhas e, conseqüentemente sem os resultados esperados. Faziam-se os exercícios, mas poucos foram capazes de aplicá-los. Tudo isso reflexo da implantação de uma lei sem nenhum preparo prévio da escola. Não se derruba algo concreto se não há, de melhor, outro concreto para substituí-lo. Não se joga apenas com abstrações num plano educacional.

Ao lado de todo este ambiente confuso, de todas estas incertezas, o professor, principalmente o de 1º grau, viu sua matéria ganhar uma amplitude bem maior com as terminologias "Comunicação e Expressão" ou "Comunicação em Língua Portuguesa". Houve, a partir daí,

uma necessidade de se adaptar, de se usar novos recursos visuais, de trazer o mundo de fora com toda sua tecnologia, todas suas cores para a sala de aula. Precisévamos mais do que nunca, concorrer com to da uma realidade montada num visual atraente e num signo verbal muito atualizado. Tudo ficou mais complexo. Escolher um texto, por exemplo, passou a ser uma grande dificuldade. Não adianta querermos nos prender à importância dos textos dos velhos mestres. Sabemos que é praticamente impossível interessar o jovem de hoje (notadamente o de 1º grau) por algo que não lhe expresse a vivência, que não lhe expresse a realidade. Inútil afirmar que o sucesso deste empreendimento depende do professor. Não estamos falando de professores gênios e sim dos professores, que, habitualmente, circulam pelas salas de aula. Um texto de um escritor atual "não expressivo, não candidato à consagração posterior" ou uma letra de música de um autor sem grandes pretensões literárias podem despertar no aluno uma atitude de interesse altamente positiva para o estudo da língua. O jovem de 1º grau é imediatista, não tem ainda condições, maturidade para descobrir, "curtir" algo que o distancie no tempo. Encontramos, freqüentemente, professores que utilizam livros didáticos considerados ricos, inteligentes em atividades e com criteriosa seleção de textos e que, no entanto, reclamam desiludidos da apatia que domina seus alunos durante as aulas de interpretação.

Não podemos dizer que o quadro se repete no 2º grau. Aqui, as dificuldades são outras. Na verdade, principalmente nos colégios chamados "classe A", este grau passou clara ou camufladamente a ser um preparatório ao vestibular. Busca-se nesta palavra atingir todo o nível de aspiração, toda a motivação do aluno. E, se aqui não precisamos contar obrigatoriamente com suas experiências para as atividades, enfrentamos um outro problema. A atenção do educando, principalmente no 3º ano, está toda concentrada nas matérias "difíceis" e específicas: as ciências exatas e as ciências biológicas. Poucos se interessam pelas matérias humanísticas. E novamente o professor de português tem que se desdobrar, fazer-se quase de mágico se quiser atingir um resultado que o satisfaça.

Colocar o ensino de português nestes termos parece pessimismo exagerado, ou então, uma visão restrita do problema. Preferimos, entretanto, denominar de realidade. Não somos omissos às indagações que assolam os doutores da educação. Não ignoramos a quanto andam as dúvidas, as incertezas sobre o ensino da língua, mas achamos injusto a quase marginalização que nos é imposta por aqueles que se

dizem especialistas no assunto. Infelizmente, certa ou errada alguma coisa precisa ser feita dentro das salas de aula. Nosso trabalho não pode ser interrompido enquanto se procuram, a longo prazo, respostas, definições, caminhos adequados a serem percorridos. Então, muitas vezes, o professor de 1ª e 2ª graus se faz de inconsciente. A sua impotência é visível. Lançar dúvidas nos alunos seria a solução? Não correríamos o risco de desestruturar o que ainda lhes resta a respeito da língua?

Matéria sutil, difícil de ser trabalhada, o português é visto pela maioria como algo fácil, pertencente ao domínio de todos. Seu ensino, normalmente, perde-se em conteúdos inúteis, em procedimentos inadequados, em caminhos confusos. Não bastam as tentativas isoladas de acertos de um ou outro professor. É preciso que se tracem conscientemente planos, diretrizes que nos livrem da perseguição, da insegurança gerada pelo anti-didático.